

O movimento pró criação do Estado do Iguazu e a narrativa da diferença

Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior (UFSC).

O tema desta discussão é a produção de alguns signos pelo movimento regionalista pró Estado do Iguazu, e suas utilizações como instrumentos de afirmação da diferença entre a área em questão e o restante do Estado do Paraná. São emblemas que buscam apoio, em narrativas e releituras do passado, traçando uma trajetória linear comum para a população, e objetivando forjar um imaginário sobre o que seria uma população “iguazuana”. Assim uma espécie de manifestação que se constitui no que Benedict Anderson definiu como elementos de uma comunidade imaginada:

Imaginada porque os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (Anderson, 2008)

É preciso levar em conta que a pretensa imagem busca um reconhecimento entre os habitantes. Porém uma comunidade em comunhão não é reconhecível nos casos que são aqui colocados, pois há um constante questionamentos acerca de uma definição sobre a representação das áreas em questão, a própria disputa separatista é um exemplo da quebra da imagem de unidade que comumente são objetivadas pelas manifestações regionalistas em sucessivas disputas pela autoridade sobre a representação da região.

Embates onde são confrontados discursos que tentam construir símbolos de poder dentro do campo, em geral apontando para uma construção de legitimidade de um grupo, onde este afirma sua origem como comum, mobilizando uma série de sentimento de pertença. Discursos envoltos em uma trama de interesses diversos, que envolvem articulação e representação política, econômica e cultural, assim buscam os discursos regionalistas determinar os limites do dentro e do fora, como trabalha Bourdieu

10.4025/6cih.pphuem.596

O discurso regionalista é um discurso performático, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada (Bourdieu, 2001)

Para legitimar essa “demarcação” de fronteiras entre o Iguaçu e o Paraná, o movimento pró-emancipação buscou base em algumas temáticas centrais como o abandono da área e a diferença na formação da população local. Discursos que nessa perspectiva teriam uma transcendência temporal, que justificaria o fato daquela população não se reconhecer nas representações sobre o Paraná. Tal processo também constava nas alegações dos habitantes locais de terem experienciado um desenvolvimento socioeconômico diferente das demais regiões do estado, tendo como consequência um distanciamento que se reverberava nas ações do governo em relação a área.

O movimento pró Iguaçu

No século XX mais marcadamente em dois momentos, ganhou força no sul do Brasil um movimento que tinha como objetivo a criação de um novo Estado unindo o oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. O projeto tinha como base a existência do Território Federal do Iguaçu, uma intervenção do governo de Getúlio Vargas, que fazia parte do plano de defesa das fronteiras e expansão para oeste.

Esta delimitação fronteiriça durou apenas entre 1943 e 1945, sendo dissolvida quando na constituinte de 1946 as bancadas de Paraná e Santa Catarina pressionaram para o retorno das fronteiras anteriormente delimitadas, esse processo deixou vincada a sociedade paranaense, tal memória voltará por vezes a ser problematizada, especialmente no caso de embates entre os interesses do poder regional e do poder estadual, como é visível no caso aqui trabalhado.

Esse tipo de argumentação, pedindo a volta do Território Federal do Iguaçu - e de toda a estrutura que ele demandava - Segundo Ruy Wachowicz, vai ser vista desde o seu desmantelamento, se tornando mais explícita e organizada apenas na década de 1960, com a instituição da Comissão de Organização e Desenvolvimento

do Iguaçu (CODEI) na cidade de Pato Branco, sudoeste do Paraná, grupo que tinha como objetivo fazer estudos que discutissem a viabilidade da separação da área e constituição da nova unidade federativa.

Estas ações foram interrompidas em 1964 com o golpe civil militar, sendo retomadas em 1968, com a organização do I Congresso das Forças Vivas pró Criação do Estado do Iguaçu ocorrido na cidade de Pato Branco, onde foi aprovado o estatuto e eleita a comissão central, e uma diretoria executiva. Ainda no mesmo ano se realizou o II congresso na cidade de Xanxerê onde se elegeram os membros das comissões previstas no estatuto, como finanças, relações públicas e planejamento. Neste mesmo evento se produziu a “Carta de Xanxerê” que trazia os argumentos em prol da criação do estado do Iguaçu assim como uma convocatória a população da área emancipanda a se manifestarem favoráveis à proposta. Além disso uma série de campanhas de divulgação foram colocadas em prática na região, como carros de som em praças, distribuição de panfletos e adesivos.

Essas atividades cessaram com a decretação do Ato Institucional nº 5, no final de 1968, e o cerceando as liberdades impondo uma rígida censura, mesmo a um movimento de organização civil de cunho conservador. Isto fez com que estes movimentos se retraíssem até um virtual desaparecimento, voltando a se manifestarem mais explicitamente somente diante de um momento político mais favorável à associações desta natureza.

A abertura vai ocorrer nas décadas de 1980 e 1990, período que pode ser considerado o ponto auge da proposta, por esta ter conquistado maior visibilidade, apoio e viabilidade. O movimento passa a ter como local base o município de Cascavel no Oeste do Paraná, uma cidade com que representa bem o processo de crescimento urbano e econômico ocorre em toda a região, e estão associados ao agronegócio e ao plantio de soja, processos que interferem na estrutura e concentração dos grupos político econômicos regionais.

Estas mudanças ampliam também as demandas locais, dando força ao discurso do movimento regionalista pró formação do Estado do Iguaçu, que mantinha uma pauta muito parecida com a de momentos anteriores. Afirmando que a região recebia - por parte do governo estadual - um tratamento diferente da que

ocupava o restante do território estadual e que havia sido esta alvo de um abandono por parte do poder central do Estado, que destinaria seus investimentos a região leste, também conhecida como Paraná velho, onde estariam as bases eleitorais dos grupos dominantes do poder estadual.

DO SERTÃO AO ELDOURADO

Um dos símbolos apropriado e reconstruído pelo movimento é a imagem do migrante como agente do desenvolvimento da região, que seria anteriormente um “sertão”, reforçando então a dualidade do mito do pioneiro “heróico” e “civilizado” em oposição ao atraso e “as mazelas do sertão”. O território Federal do Iguazu seria assim o símbolo desta transformação da área, um lugar tão romantizado quanto sua população, visão expressa em textos como o presente na propaganda em formato de cartilha intitulada “O Estado do Iguazu Existe...Somos Nós”:

...com a criação do território chegaram os primeiros brasileiros que logo expulsaram os estrangeiros. Iniciada a colonização as terras começaram a produzir e em pouco tempo o lugar se tornou em um novo **ELDORADO** (O Estado do Iguazu existe.. Somos nós, 1992)

Na construção textual o Território é apresentado como um período de “redenção” para a região, que se constrói pelas mãos dos migrantes, considerados como visto acima, “os primeiros brasileiros”, tal colocação silencia o período de ocupação da região anterior a 1943, fazendo com que assim como o Iguazu torne-se o marco para a ocupação e desenvolvimento, a demarcação das fronteiras, se constitua como referência para uma afirmativa do “abandono histórico” da região por parte do governo estadual, parte da construção representativa, que embasa a proposta separatista.

Este argumento pode ser percebido constantemente produções de membros e simpatizantes do movimento e em discursos, livros e matérias na imprensa regional. Como é explicito neste trecho extraído de um texto presente na coluna Carta do Leitor do jornal regional Gazeta do Paraná:

10.4025/6cih.pphuem.596

...Na verdade os paranaenses nunca tiveram raízes no Oeste e Sudoeste do Paraná. Raízes aqui foram plantadas por catarinenses e gaúchos. Lideranças do Paraná só trouxeram dissabores à região [...] Raízes paranistas aonde? Na Lapa sim, aqui não (gazeta do povo 12/10/1992).

No processo de criação de uma imagem representativa da população local, um dos elementos é a negação das similaridades entre as populações até então incluídas, na afirmativa acima, o autor busca retratar um distanciamento entre a população da área do Oeste e Sudoeste do Paraná com a do restante do Estado, um afastamento que além de físico, entre a cidade da Lapa e a região, seria também simbólico, uma vez que a citação diz respeito a um dos marcos identitários da unidade federativa em questão, conhecido como cerco da Lapa.

Rejeitar, estas “raízes” paranistas, significou nesse processo uma afirmação de uma “descendência” de migrações oriundas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que estariam na base da construção de um padrão populacional local. O discurso fazia alusão a uma construção de sujeito baseada na migração de sul para norte, diferente da que consta na constituição de outras regiões que seria do norte para o sul.

A referência, “sul-norte” é utilizada para afirmar uma série de outros elementos que seriam itens da constituição do discurso sobre uma população iguaçuana. Assim como nos levantados no livro *A Realidade do Iguaçu*, escrito nos anos de 1990, pelo médico Ivo Beuter, militante do movimento Pró-Criação do Estado do Iguaçu na cidade de Palmitos em Santa Catarina, O autor se empenha em construir uma linha cronológica do processo de construção do movimento e busca também uma breve descrição de quais elementos representariam a população do pretense Estado: “a musica nativista gaúcha, mescla com as bandinhas e o canto coral, dão um brilho lírico e alegre as festas de chopp e Kerb. A região tem um dos menores índices de analfabetismo do Brasil” (Beuter,1992) . Busca também elementos estereotipados que reforcem a imagem da influencia gauchesca e alemã, somando-se a imagem de superioridade simbolizada por um apregoado alto índice de instrução.

10.4025/6cih.pphuem.596

Este discurso em muito se apoia no mito do desbravador, reproduzido na região, associado diretamente ao imaginário construído sobre o gaúcho como na descrição de Beuter

“em todas as cidades sem exceção, o folclore gaúcho esta presente através dos centros de tradição gauchesca. O lendário e inconfundível gaúcho dos pampa, e da região colonial riograndense, é a expressão cultural máxima do povo da região emancipanda” (Beuter,1992)

A incorporação do discurso do gauchismo e das suas influencias na população local são muito comuns na região, buscando apoio nos relatos de que teria sido buscado neste estereotipo o “sujeito ideal” para ocupação das terras em questão. Afinal, estaria o gaúcho, mais especificamente o serrano, adaptado ao plantio de pequena propriedade e ao duro trabalho da terra, uma justificativa que se apropria do discurso presente no projeto do Estado Novo.

A afirmativa aparece diretamente como na citação acima ou indiretamente como nas matérias sequenciadas, publicadas no *Jornal O Paraná* cujo alcance é regional e tem sede em Cascavel, nas reportagens intituladas *As Raízes Do Separatismo* o autor faz uma série de analogia entre o Território Federal do Iguaçu e um fogo simbólico que estaria lutando para não se apagar: “os gaúchos que o animaram sentiram o cheiro de um churrasco, afinal subtraído de seus paladares” (*O Paraná*,17/04/1993), mas o qual não teria sido esquecido, segue o autor “aquele velho churrasco não saboreado pelos gaúcho do passado teima em voltar ao espeto”(*O Paraná* 18/04/1993). Esta posição tem destaque especial porque para os emancipacionistas o processo de criação do Território Federal do Iguaçu seria o marco histórico da chegada da população de influencia gauchesca e nesta perspectiva logo se tornou um elemento de identificação:

...seguiu-se a chegada dos novos habitantes, tão célebres quanto a atividade econômica, o desabrochar da consciência unitária, ideal que nem mesmo a incorporação da região pelos estados a que anteriormente pertencia foi capaz de extinguir (*O Paraná* 18/04/1993)

10.4025/6cih.pphuem.596

Nota-se trecho, assim como em outros escritos do movimento, que não há a negação da existência de habitantes na área, mas sim um julgamento de que a população que ali vivia não seria apta a modificar as condições de vida na região. segundo o movimento, haveria um abandono da área que remetia ao período imperial brasileiro:

A área que compreende o Estado do Iguazu, sempre foi uma região vista com pouco caso, desde o império , e da própria republica, que as atenções sempre estiveram voltadas aos centros como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No estado do Paraná e Santa Catarina preferiram cuidar dos interesses das suas regiões metropolitanas e do norte deixando as regiões fronteiriças literalmente abandonadas (O Estado do Iguazu Existe... Somos Nós, 1992)

Percebe-se junto à área do Iguazu como se o processo que envolvia sua criação estivesse a margem das disputas e interesses à nível estadual e nacional, e que vê tudo pela perspectiva do discurso da expansão demográfica e ocupação das fronteiras. Havia nesse contexto uma disputa sobre se a fronteira estaria ou não abandonada, o movimento faz uma clara construção discursiva que evidenciaria um descaso dos governos centrados em Curitiba e Florianópolis

A imagem do abandono, é uma constante, mesmo nas narrativas oficiais do próprio estado do Paraná reafirmada por historiografias oficiais. Por Exemplo Romário Martins que nas primeiras décadas do século XX fala da preocupação em civilizar o “sertão”, apresentado de forma romantizada como um lugar de riquezas a se construir, ou entre as as décadas de 1940 e 1960, quando esta diretamente ligada aos interesses imobiliários de empresas colonizadoras e do próprio governo, como trabalha Myskiw:

...o discurso carregado de significados, expresso no termo “sertão”, fez com que, ideologicamente, a colonização se tornasse necessária, tanto para garantir a posse político-econômica da fronteira, como para escamotear uma realidade contrária aos “interesses nacionais” do estado novo e “eliminar” da história as populações indígenas, os posseiros e empresas paraguaias e argentinas que exploravam as terras localizadas na faixa de fronteira. (Myskiw, 2002)

Sob a imagem de civilizar o “sertão” iniciou-se então a política de ocupar as terras e trazer para esta área mão-de-obra considerada apta, segundo o modelo idealizado, os migrantes deveriam se enquadrar nesse perfil, fazendo o que estivesse ao seu alcance para despertar vínculos com a imagem ideal, para não ser associado ao chamado caboclo.

Essa construção positivada do chamado colono em detrimento a população, nascida ou já residente no estado esta presente no próprio discurso de políticos paranaenses como o deputado Antonio Anibelli, representante da região em questão, que diz “os fluxos migratórios de gaúchos e paulistas são fundamentais, pois eles, além de serem portadores(...)de um cabedal de conhecimento e experiências no trato com a terra, com instrumentos e técnicas modernas”(Ipardes 1989). O que ocorreu foi a reapropriação deste discurso e integrado as justificativas pró Iguaçu proferidos pelo deputado Siliprandi

Para a terra quase inexplorada trouxeram esses colonos, sua longa experiência no trabalho rural, seus pequenos capitais, hábitos de manejo do Solo, linguagem, costumes, modo de produzir e comercializar riquezas, manifestações culturais e sociais, enfim, um universo distinto daqueles que vigorava entre a originaria população do Paraná e Santa Catarina (PDL 141/91)

A diferença se exprime segundo o deputado em um universo diferente do qual pertenciam os migrantes. Havia uma serie de conhecimentos que faziam com que se diferenciasssem dos estabelecidos, uma relação de estranhamento muito presente na obra de Wachowicz em que faz uma breve apresentação e discussão sobre as relações cotidianas presentes nas memórias dos moradores da região relata as diferenças entre os “de origem” e os “caboclos”, os de origem seriam os migrantes vindos do sul do país:

...o caboclo no Sudoeste não precisava ser necessariamente descendente de índio. Para o individuo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamentos sertanejos. (...) Porém o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura (Wachowicz, 1987).

Percebe-se que o caboclo, não está relacionado a uma etnia, como o migrante, ou os moradores de outras áreas, este sertanejo se reconhece pelos hábitos, pela pele escura e o lugar de vivência. O autor paranaense, acima citado, coletou uma série de entrevistas na região durante a década de 1980 e nestas em alguns momentos se falam sobre as relações conturbadas entre os migrantes e os moradores locais, em geral quando se fala de relações de casamento onde os de origem proibiam suas filhas de casarem com caboclos, e os momentos de lazer como os bailes, onde haviam algumas separações entre baile de caboclo e baile de gente de “origem”. Nos relatos é possível perceber em vários momentos a construção por parte dos depoentes migrantes de uma inferioridade dos designados caboclos, principalmente baseado no discurso do atraso tecnológico como no relato

...é o relógio, né. Então a mulher noutro dia levantou-se com a família e disse: “mais que barbaridade, qual é a criança que mijna na cama, pois a noite inteira nós ouvimos o barulho”.

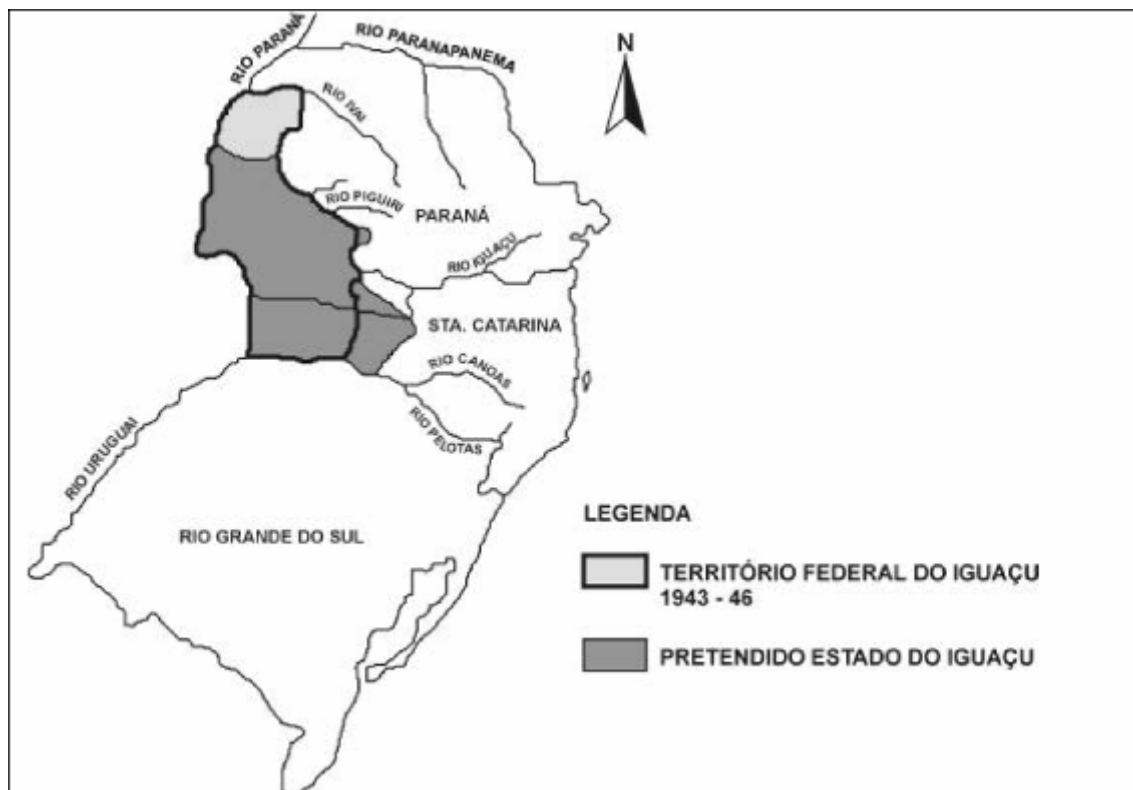
-Ai eu trouxe, né, ih ! aquilo foi uma admiração (...) (Wachowicz 1984)

A representação do atraso é comum nestes relatos assim como a violência apresentada como uma característica da região que teria assustado muitos colonos riograndeses “Uma colona de Renascença afirma que o que ela mais viu e se recorda quando chegou na região era cruz e sepultura na beira do caminho” (Idem). Estes relatos vão construindo questões que se transformam em “lugar comum”, uma narrativa que contrapõem barbárie e civilização, como se a violência e o atraso fossem transformados com a vinda dos migrantes e a área se tornou um novo Eldorado do qual se utiliza o movimento pró Iguaçu em seu discurso.

O Território Federal na perspectiva do movimento se constitui como elemento de construção de uma “consciência unitária”, e elemento de desenvolvimento da região, percebe-se este discurso na proposta de estruturação territorial desenvolvida em 1962 pelo (CODEI), que utilizou como base as arestas do antigo Território Federal, com o acréscimo de parte do noroeste do Paraná e do meio oeste de Santa Catarina, como pode ser visto no mapa a seguir:

10.4025/6cih.pphuem.596

Mapa sobre a demarcação de limites do Território do Iguaçu e do pretendido Estado do Iguaçu



Fonte : Wachowicz op.cit p.163.

Em uma rápida análise percebe-se que o movimento, abriu mão do vale existente entre o rio Piquiri e o rio Ivaí anteriormente pertencente ao Iguaçu. Segundo Licerio esta escolha se deu sob a alegação de que ali se teria uma área de colonização de população nortista diferente do restante do Iguaçu, que fora colonizado por sulistas então “a comissão levou em conta a questão da homogeneidade – considerando um “fator sociológico relevante”, - como etnia, a origem e a cultura da população que numa área de 69.000 Km², identifica-se “de ponta a ponta” (carta de Xanxere, 1968), tal alegação demonstra a mobilidade das fronteiras e seus reconhecimentos, pois constrói uma contradição entre a imagem formada de que o Território teria fixado uma identificação que perduraria até a década de 1960, e também coloca na invisibilidade as migrações do norte do estado para oeste e sudoeste em prol de um discurso afirmativo de um biótipo Iguaçuano.

10.4025/6cih.pphuem.596

Na construção narrativa utilizada pelo movimento a dissolução do Território Federal – e a conseqüente volta da área aos governos do Paraná - teria ocasionado como uma espécie de consequência os conflitos agrários, causados principalmente pela grilagem envolvendo algumas empresas colonizadoras, em especial as empresas que começam a trabalhar na região Sudoeste do Paraná na década de 1950 como a Clevelandia Industrial e Territorial Ltda, a Colonizadora Apucarana e a Comercial e Agrícola Paraná Ltda.

...Interesses estranhos ao desenvolvimento da região, através da depredação criminosa da cobertura florestal de maior valor comercial do mundo, representada pela araucária, e a má gerencia da colonização com exploração imobiliárias fraudulentas e sem probidade, ligados a interesses de facções políticas se revezavam nos governos estaduais, colocaram até em perigo a integridade do território nacional e mostraram claramente os desmandos administrativos. (Beuter, 1992)

Nesse trecho do livro de Ivo Beuter é possível perceber, a associação das colonizadoras a interesses políticos, os quais são responsabilizando pela degradação do meio ambiente e a exploração das riquezas naturais, estas ações em maioria das falas do movimento são atribuídas a Moises Lupion, um dos donos da CITLA e duas vezes governador do estado (1946-1951 e 1956-1961), O processo de comparação entre o Iguaçu idílico e o Paraná como descuido e exploração alcança seu auge nas narrativas sobre o levante dos posseiros de 1957 como pode ser lido na justificção do projeto de 141/91 de autoria de Edi Silipradi:

Tamanho foi o abuso, cujos exemplos se estendem desde a sangria fiscal até a titulação irregular de glebas, que ocasionou a revolta de 1957, onde cerca de 20.000 colonos do sudoeste paranaense, armados, expulsaram as companhias colonizadoras e seus jagunços, renderam juizes de direito, delegados de policia e outras autoridades, formando uma junta governativa para restabelecer ordem que vinha sendo maculada pelo poder institucionalizado (PDL 141/91)

Ao analisarmos podemos ver que o movimento apresenta a revolta como uma demonstração máxima de descontentamento da população local, e mesmo organização uma autonomia perante a capital paranaense, pois o durante o episódio os revoltosos prenderam os funcionários de representação do poder publico na

região, autoridades como policiais e juizes, atuando eles mesmo como esses poderes e exigindo atuação por parte do governo federal para resolução do embate.

O levante dos posseiros, e a associação com a imagem da intervenção Federal seriam a “gota d’água”, na versão do movimento, para um rompimento definitivo com o Estado do Paraná, significaria uma alegoria de um período de dialogo direto com as instancias federais, o traria uma autonomia politica e econômica almejada por alguns grupos da elite regional, emblematicamente apresentadas como uma emersão da cultura local não identificada com a propalada pelo poder instalado em Curitiba

Bibliografia

- ANDERSON. Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre A Origem E A Difusão Do Nacionalismo**. Tradução Denise Bottaman – São Paulo: Companhia das Letras, 1008
- BORDIEU Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001
- IPARDES. **O Paraná Reinventado: Política E Governo**. Curitiba, IPARDES/SEPL/FUEM. 1989.
- MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros E Grileiros: Conflitos De Terra No Oeste Paranaense (1961/66)**. Niterói 2002, - Universidade Federal Fluminense - Dissertação em História Social
- OLIVEIRA, Licerio de. **"Estado do Iguaçu": o regionalismo em questão**. Campinas, UNICAMP Dissertação em Ciência Política.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação E Colonização**. Curitiba: Ed Vicentina 1987